



CAPÍTULO 5

AÇÕES RECOMENDADAS

A Comissão acredita que a responsabilidade primordial de proporcionar crescimento e desenvolvimento equânime é dos países em desenvolvimento. Essa responsabilidade inclui a criação de condições que tornem possível assegurar os recursos financeiros necessários para investir. As ações dos responsáveis pela formulação de políticas condicionam, em grande parte, o estado da governabilidade, as políticas macroeconômicas e microeconômicas, as finanças públicas, o sistema financeiro e outros elementos básicos do ambiente econômico de um país. O desafio dos países em desenvolvimento está em capitalizar os avanços na estabilidade macroeconômica e na democracia, e assim iniciar reformas que proporcionem mudanças complementares nos marcos institucionais que, por sua vez, potencializam e fomentam o setor privado.

A maioria das ações recomendadas envolve o trabalho conjunto de vários atores. Quando os governos efetuam mudanças nas suas políticas, normalmente o fazem com o apoio e a participação diretos de instituições multilaterais de desenvolvimento. Se o setor privado assume uma posição mais ativa no desenvolvimento sustentável, isto ocorre porque a sociedade civil chama sua atenção para o tema. Quando os governos implementam reformas nos marcos regulatórios, geralmente o fazem através de consultas diretas a representantes do

FIGURA 5.1 AÇÕES NAS TRÊS ÁREAS-CHAVE

	Direcionadas aos atores do setor público	Direcionadas aos atores do setor privado
Dirigidas por atores do setor privado: <ul style="list-style-type: none"> ■ Empresas ■ Organizações da sociedade civil ■ Fundações 		3. Esfera privada: Mobilizar conhecimentos e recursos <ul style="list-style-type: none"> ■ Enfoque nas potencialidades do setor privado e apoio a empreendedores e empresas. ■ Construir ecossistemas e redes de suporte. ■ Investir nas empresas da base da pirâmide.
		2. Esfera público-privada: Parceria e inovação <ul style="list-style-type: none"> ■ Criar maiores opções de financiamento para empreendedores. ■ Desenvolver lideranças e habilidades empresariais com treinamento. ■ Apoiar parcerias público-privadas para fornecimento de serviços básicos.
Dirigidas por atores do setor público: <ul style="list-style-type: none"> ■ Governos locais ■ Doações governamentais ■ Agências de desenvolvimento 	1. Esfera pública: Criar um ambiente favorável <ul style="list-style-type: none"> ■ Reformar marcos regulatórios e fortalecer o estado de direito. ■ Formalizar a economia. ■ Engajar o setor privado no processo de criação de políticas. 	

setor privado. As ações individuais aqui identificadas devem ser vistas na estrutura dessa cooperação mais ampla – cada vez mais necessária para reduzir a pobreza.

O nosso interesse repousa em três áreas:

1. **Na esfera pública**, promover as reformas de leis, regulamentos e outras barreiras ao crescimento.
2. **Na esfera público-privada**, facilitar a cooperação e as parcerias entre atores públicos e privados, para ampliar o acesso a fatores determinantes tais como financiamento, capacitação e serviços básicos.
3. **Na esfera privada**, estimular o desenvolvimento de modelos de negócios passíveis de serem ampliados e reproduzidos, que sejam comercialmente sustentáveis.

A gama de ações nessas três áreas centrais – necessária para colocar em prática um programa bem-sucedido de desenvolvimento do setor privado – deriva de um modelo analítico concebido para desencadear a capacidade dos empresários nacionais,

segundo descrito nos Capítulos 2 e 3. Estas iniciativas reforçam e potencializam as contribuições do setor privado para o desenvolvimento, conforme explicado no Capítulo 4.

AÇÕES NA ESFERA PÚBLICA: CRIANDO UM AMBIENTE FAVORÁVEL

Criar um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado envolve passos formulados para reduzir a fatia do setor informal na economia, através da reforma do ambiente geral propício à economia formal. Essas medidas devem resultar na redução de custos e na ampliação das vantagens da formalidade.

Recomendações para os governos dos países em desenvolvimento

A Comissão acredita que os governos dos países em desenvolvimento devem assumir a responsabilidade pelas seguintes ações:

Reformar o marco regulatório e fortalecer o estado de direito.

Governos dos países em

desenvolvimento precisam assumir um compromisso sério, que não deixa margem a dúvidas, com o desenvolvimento do setor privado – e conciliar este compromisso com o interesse legítimo de reformar o panorama regulatório de forma a remover os entraves artificiais, induzidos por políticas que restringem o crescimento econômico. Todo o processo começa com a postura das lideranças nacionais. Por exemplo, não há justificativa para que o custo de se abrir uma empresa em países de baixa renda seja muitas vezes maior que o mesmo procedimento em países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nós enfatizamos a adoção de uma visão pragmática, focada no usuário final, que se concentre em melhorias efetivas no relacionamento dos empreendedores com as instituições públicas e as regulações. Assim, na medida em que os governos desenvolvem e fazem cumprir regras formais mais efetivas, passarão a entender a importância dos ecossistemas privados em criar maior participação na economia, além de

demonstrar o valor da capacidade de regular transações.

Formalizar a economia. Governos de países em desenvolvimento precisam concentrar seus esforços na criação de condições para a redução da informalidade e assim, com o tempo, alterar a configuração do ecossistema do setor privado. O foco deve ser em resultados mensuráveis. Dado que a composição do ecossistema do setor privado em um país é um forte indicador do seu processo de desenvolvimento – níveis elevados de informalidade estão associados a rendas baixas – o objetivo concreto deve ser alterar essa composição de forma específica e mensurável. Metas indicativas de ampliação da parcela de empresas menores e formais na economia, realizáveis num prazo de 5 a 10 anos, precisam ser estabelecidas.

Um claro reconhecimento do setor informal deve ser acompanhado de passos rápidos para analisar suas características locais e para aplicar medidas que ampliem seu acesso a financiamentos, bem como de medidas de suporte ao setor formal. Precisamos começar pela conscientização e pela disseminação de informações sobre o predomínio da informalidade – e pelo diagnóstico do problema no contexto nacional. As soluções incluem reformas em regras estatais específicas e na sua aplicação.

Uma questão que demanda ações urgentes é a melhoria das regras e procedimentos de registro de propriedade e de titularidade de imóveis, pré-requisitos essenciais para o acesso a financiamentos lastreados nesses ativos. Aqui estão incluídos procedimentos práticos e amigáveis para que empreendedores possam obter, e fazer valer, os direitos de propriedade. Como em qualquer processo de mudança no setor público, órgãos consultivos devem orientar os esforços de mudanças de uma maneira transparente, envolvendo

empreendedores informais, cooperativas e organizações da sociedade civil.

Engajar o setor privado no processo de criação de políticas. Os governos precisam criar uma parceria efetiva com os representantes do setor privado nacional, para implementar mudanças e garantir que os anseios do setor privado incluam os anseios das micro, pequenas e média empresas. Conselhos e órgãos consultivos com membros do governo e setor privado estão sendo criados, porém mecanismos para reduzir a distância entre a intenção de colaborar e o apoio efetivo só podem ser assegurados pelos governos e seus parceiros do setor privado. Quando novos arranjos são colocados em prática, a divulgação de exemplos de cooperação bem sucedida pode fazer as relações evoluírem da desconfiança mútua para a formação de parcerias estratégicas. Órgãos consultivos público-privados, onde funcionários públicos e representantes do setor privado compartilham opiniões, são outro fator importante. Mas todos os tipos de atores do setor privado devem ser envolvidos, incluindo empreendedores pequenos e informais, além de organizações do trabalho.

Induzir um ambiente macroeconômico internacional e um regime de comércio favoráveis. A Comissão acredita que os governos de países desenvolvidos devem estimular um ambiente macroeconômico internacional e um ambiente político favoráveis ao florescimento de todo o potencial dos empreendedores nos países em desenvolvimento, dado que uma economia internacional forte proporciona mercados para os bens das empresas de países em desenvolvimento. O aumento do fluxo da cooperação para o desenvolvimento e a reforma do sistema global de comércio, contribuem para oferecer oportunidades econômicas justas aos produtores de países em

desenvolvimento, e são essenciais para promover um rápido crescimento no investimento privado doméstico.

Redirecionar as estratégias operacionais das instituições e agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento. Os países desenvolvidos são os principais acionistas dos bancos de desenvolvimento multilaterais e controlam a maioria dos ministérios e organismos bilaterais de cooperação, ativos na arena do desenvolvimento. Para apoiar o desenvolvimento sustentável do setor privado, é necessário assegurar que as ações coletivas dessas agências sejam mais bem coordenadas – aperfeiçoando sua eficiência e reduzindo pressões sobre a capacidade administrativa dos governos de países em desenvolvimento. Também é necessário que o foco da cooperação para o desenvolvimento do setor privado nos países em desenvolvimento seja a criação de condições para a redução da informalidade e para a mudança na composição de seu ecossistema.

Desatar a cooperação. Os países desenvolvidos são a principal fonte dos recursos de assistência técnica utilizados, pelas instituições multilaterais de desenvolvimento, no suporte às reformas políticas e institucionais nos países em desenvolvimento. Apesar da introdução de certa flexibilidade nos últimos anos, os principais elementos desses fundos são fixos, o que pode criar complicações desnecessárias em relação à eficácia com que podem canalizar e afetar a qualidade do suporte prestado. Além disso, a maior parte dos recursos é oferecida aos governos, e não diretamente aos seus receptores finais. Certas mudanças nas regras administrativas que regem estes fundos poderiam permitir a liberação e o uso mais eficazes da assistência técnica, e assim estimular o desenvolvimento do setor privado.

Ações recomendadas para as instituições multilaterais de desenvolvimento

O Consenso de Monterrei reconheceu explicitamente o papel da iniciativa privada no desenvolvimento, assinalando a necessidade de se aperfeiçoar o funcionamento e a eficiência das agências globais e bilaterais de desenvolvimento. Reconheceu-se ainda a limitada capacidade de absorção de muitos países em desenvolvimento, bem como o fato de que sua capacidade administrativa fica sobrecarregada ao lidar com a sobreposição de atividades das instituições de desenvolvimento. Desta maneira, o Documento de Consenso incentivou um alto grau de especialização e de parceria na comunidade do desenvolvimento, de forma a melhorar o impacto geral das várias formas de cooperação para o desenvolvimento.

Aplicar a recomendação de Monterrei para a especialização e estabelecimento de parcerias às atividades de desenvolvimento do setor privado. Muitas instituições estão engajadas em esforços de apoio ao desenvolvimento de mercados financeiros, de prestação de serviços de desenvolvimento empresarial às pequenas empresas, de aconselhamento sobre a criação de um ambiente favorável, de aprimoramento da governança corporativa e de intensificação do foco na sustentabilidade. Embora a escolha de um “fornecedor” aos países recebedores dessa ajuda seja importante, fica evidente que essa sobreposição de atividades é contraproducente e precisa ser abordada com urgência.

Abordar a informalidade nos países em desenvolvimento. Alguns trabalhos pioneiros se encontram em andamento para mapear a estrutura do setor informal, e o esforço global para expandir o alcance desse trabalho deve obter benefícios significativos. Uma

parceria para acelerar esse mapeamento na América Latina acaba de ser feita, entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Instituto para a Liderança e a Democracia do Peru. Há também grande espaço para facilitar a criação de vínculos entre corporações multinacionais e pequenas e médias empresas, tendo em vista a importância dos ecossistemas do setor privado e os benefícios potencialmente advindos das parcerias entre entes privados.

AÇÕES NA ESFERA PÚBLICO-PRIVADA: PARCERIAS E INOVAÇÃO

A Comissão acredita que todos os atores precisam cooperar no fomento ao financiamento, à capacitação e à criação de parcerias público-privadas para a prestação de serviços essenciais. Em cada uma dessas áreas críticas, governos de países em desenvolvimento e atores privados necessitam desenvolver modelos viáveis de parcerias que possam alavancar suas respectivas capacidades. Várias organizações da sociedade civil podem aportar percepções e experiências valiosas a tais parcerias. A construção de parcerias sustentáveis requer habilidade para avaliar interesses conflitantes e para a negociação de acordos pragmáticos.

Organismos multilaterais de desenvolvimento podem agir como prestadores de serviços e moderadores imparciais. Para se tornarem intermediários eficazes, devem construir a capacidade de criar parcerias que façam sentido econômico para os atores privados, ao mesmo tempo que são administráveis por parte dos órgãos públicos dos países em desenvolvimento. Diferentes atores podem iniciar e liderar parcerias em momentos distintos. O mais importante é que todos tenham expectativas realistas sobre os interesses e capacidades de cada parceiro. A Comissão percebe a necessidade de

inovar no estabelecimento de modelos de parceria verdadeiramente sustentáveis para os países em desenvolvimento.

Facilitar o acesso a maiores opções de financiamento. Nós vislumbramos o desenvolvimento continuado dos mercados financeiros domésticos, juntamente com a criação de capacidade para reguladores e instituições financeiras privadas. Vemos como muito promissoras ações que facilitam a transferência de conhecimento Sul-Sul entre instituições financeiras e agências reguladoras. Alianças amplas para fomento ao microcrédito, como parte das recomendações do Ano Internacional do Microcrédito 2005 da ONU, e aos empréstimos para pequenas e médias empresas, podem gerar modelos financeiramente sustentáveis. Métodos inovadores também são necessários para transformar fluxos financeiros de várias emigrações em investimentos produtivos de longo prazo em seus países de origem.

Colaborar no desenvolvimento de capacidades e conhecimento. As atividades de construção de capacidades podem abranger desde programas para lideranças públicas e privadas, passando pelo treinamento de microempreendedores, até esforços conjuntos entre autoridades públicas e sindicatos para aprimorar a capacidade da força de trabalho. A Comissão vislumbra alianças mais amplas com escolas de negócios e de comércio, colaboração público-privada em formação profissional e a criação de programas de mentoria para empreendedores – alavancando colegas, residentes e emigrantes. Enxergamos uma grande oportunidade para infra-estruturas organizacionais que estabelecem redes de contato entre recursos privados de todo o mundo e aspirantes a empreendedores nos países em desenvolvimento, que podem

incluir programas formais de empresas multinacionais visando tornar disponíveis seus recursos humanos e know-how para empreendedores de países em desenvolvimento.

Permitir o fornecimento sustentável de serviços básicos, principalmente energia e água. A Comissão considera necessário o desenvolvimento de modelos inovadores para parcerias entre prestadores de serviços governamentais, empresas multinacionais e empresas locais. O fornecimento sustentável de serviços básicos depende de parcerias efetivas, além de outras formas de cooperação público-privada, difíceis de articular, pois ainda estão por desenvolver as habilidades necessárias para a implementação de parcerias duradouras, nas quais os incentivos de todos os atores estejam equilibrados e a governança adequada esteja presente. Consideramos necessário gerar capacitação adicional que visa ajudar a lidar com disfunções do mercado e assimetria de informações, oferecer apoio operacional e experiência prática, preencher lacunas de conhecimento e atuar como intermediário imparcial entre interesses conflitantes. A efetiva intermediação, superando obstáculos que poderiam impedir ações, pode tornar viáveis mais transações. Planejamos acompanhar entidades públicas e privadas atuando nestes temas, para averiguar de que maneira seria possível suplementar a capacidade institucional existente – e como as pessoas carentes podem ser diretamente capacitadas a desenvolver seus negócios.

AÇÕES NA ESFERA PRIVADA: MOBILIZAR CAPACIDADES E RECURSOS

A Comissão acredita que o setor privado, particularmente grandes empresas nacionais e corporações multinacionais, deve contribuir para

acelerar o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza.

Ações recomendadas para o setor privado

Ações requeridas ao setor privado, conforme dispostas no Capítulo 4:

Canalizar a iniciativa privada para os esforços de desenvolvimento.

Acreditamos que o setor privado possui enorme potencial para contribuir com o desenvolvimento por meio do seu conhecimento, competência técnica, recursos e relações. Para desencadear esse potencial, será necessário o aumento da visibilidade do grande número de contribuições do setor privado (ilustradas no Capítulo 4) que permanecem desiguais e invisíveis – além de estabelecer uma infra-estrutura capaz de canalizar efetivamente essas contribuições. Isso pode ser alcançado através de uma nova organização privada central que aproximaria know-how, serviços e recursos da necessidade de sua utilização nos países em desenvolvimento, principalmente através do setor privado, mas também através de agências governamentais.

Desenvolver vínculos entre empresas multinacionais e grandes empresas domésticas visando fortalecer pequenas empresas.

Os laços entre os diferentes tipos de empresas nos países em desenvolvimento oferecem um canal efetivo de acesso a mercados, financiamento, experiências e know-how para as empresas locais. É necessário e urgente que empresas multinacionais se integrem melhor a pequenas e médias empresas e reforcem elos com o ambiente doméstico, assim como aqueles existentes entre microempresas distribuidoras e grandes empresas domésticas. Muitos atores necessitam trabalhar em conjunto para que isso ocorra. A gama de atividades para tornar duráveis os laços criados inclui informação, know-how e apoio com experiência prática.

Buscar oportunidades de negócios em mercados localizados na base da pirâmide.

O reconhecimento das necessidades dos mercados localizados na base da pirâmide e a criação de soluções inovadoras para preencher essas necessidades são ações vitais solicitadas pelo setor privado, tanto doméstico quanto internacional. Os esforços devem ser feitos principalmente pela alcançar a expansão dos mercados e de novas oportunidades de negócios. A interação nos ecossistemas nacionais provavelmente resultará em mudanças paralelas no comportamento econômico de todos os participantes da cadeia, de operadores informais a pequenas e médias empresas e suas financiadoras. Isso é importante para dar poderes às pessoas carentes e poderia também ter grande valia na criação de um mecanismo de avaliação para grandes empresas e multinacionais avaliarem seu sucesso na criação de mercados lucrativos para consumidores pobres.

Estabelecer padrões. O setor privado precisa estabelecer um compromisso real com o desenvolvimento sustentável – com o foco nítido na governança corporativa e na transparência. Temos destacado empresas de sucesso que modificaram o debate em torno do desenvolvimento dentro de suas economias, criando um consenso político que libera o caminho para que os governos possam facilitar a expansão e o crescimento de um vigoroso setor privado. Tal mudança ocorrerá quando os administradores pioneiros perceberem o valor da liderança, forem responsáveis em relação às necessidades de desenvolvimento social e estabelecerem novos padrões que demonstrem o valor da sustentabilidade. Hoje, muitas grandes empresas nos países em desenvolvimento são também multinacionais no sentido em que suas atividades de comércio não mais se limitam ao seu país de origem. Todavia,

desempenham um papel diferente dentro de suas economias locais – e são vistas de maneira diferente de multinacionais, no sentido tradicional do termo. As próprias empresas desse nível, onde existam, necessitam compreender a maior amplitude de sua estrutura de operações e trabalhar ativamente para criar o novo consenso que propomos. Muitas das iniciativas voltadas à sustentabilidade discutidas no presente relatório tendem a envolver grandes multinacionais. Mas iniciativas similares ou desdobramentos de iniciativas globais envolvendo o setor privado local podem ser bastante eficazes na redefinição dos papéis dos diferentes atores no processo de desenvolvimento.

Ações recomendadas para a sociedade civil e organizações do trabalho

A Comissão acredita que a sociedade civil e as organizações do trabalho devem continuar atuando como observadores críticos da agenda de desenvolvimento – e como promotores e apoiadores de abordagens inovadoras para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e melhorar as condições de vida das pessoas carentes. As organizações da sociedade civil desempenham um importante papel na formação de uma poderosa aliança global que amplie gradualmente a força de cada um dos principais atores para atingir esses Objetivos.

Aumentar a responsabilidade no sistema. Esse é um ponto central do trabalho das organizações da sociedade civil, uma vez que cabe a elas a liderança para impulsionar o conceito de desenvolvimento sustentável. Esse trabalho deve ser fortalecido.

Desenvolver novas parcerias e relações para atingir objetivos comuns. Numerosas organizações da sociedade civil estão atuando em parcerias diretas com o setor privado para combinar os conhecimentos de

gerência e a capacidade financeira de empresas privadas com seu know-how e contatos em mercados localizados na base da pirâmide, o que pode facilitar uma colaboração do setor privado com a sociedade civil, capaz de desenvolver programas de microcrédito em bases comerciais e sustentáveis. As organizações da sociedade civil estão mais próximas da base da pirâmide. Muitas vezes, elas também representam uma opção de base de testes para novas tecnologias de solução de problemas. Essas organizações necessitarão também medir seu êxito em facilitar parcerias inovadoras entre entes privados para lidar com objetivos econômicos e de política social.

OLHANDO PARA O FUTURO

Reconhecendo o tamanho e a complexidade do desafio, a Comissão conclui pela necessidade da canalização da capacidade e de recursos privados para fomentar o próprio setor privado nos países em desenvolvimento.

Acreditamos que as energias e as oportunidades continuam sendo pouco aproveitadas, porque as necessidades dos países em desenvolvimento não encontraram correspondência apropriada nos recursos e interesses disponibilizados globalmente. Dessa maneira, nossa proposta de programa de ação foi desenhada para funcionar como catalisadora de uma resposta privada forte, que é o principal objetivo do nosso trabalho.

Para promover o progresso, a Comissão recomenda que as Nações Unidas fomentem o acompanhamento do desenvolvimento do setor privado. Um relatório anual de progresso manteria a relevância das recomendações gerais da Comissão e asseguraria o compromisso com o tratamento das várias questões aqui apontadas. Esse relatório ofereceria uma oportunidade para comemorar progressos e expor obstáculos para o desenvolvimento do

setor privado e deveria ser preparado com a ajuda de alguns membros da Comissão e instituições de desenvolvimento.

À medida que os principais atores comecem a trabalhar em conjunto na direção de objetivos comuns, será exigida uma mudança significativa na estrutura das interações econômicas e políticas de muitos países em desenvolvimento. Os atuais relacionamentos rompidos e conflitantes terão de ser gradualmente substituídos por parcerias colaborativas, em que as ações de cada ator são influenciadas e modificadas por maiores desafios e pela capacidade de outros.

Visando catalisar esse processo, a Comissão está reunindo uma primeira lista de iniciativas exequíveis para facilitar transformações em cada um dos países e fornecer as ferramentas que permitam aos governos e ao setor privado suplementar os recursos disponíveis e começar rapidamente a implementar um programa de mudanças. Essas primeiras ações se destinam a estimular reações colaborativas de potenciais parceiros que leiam o presente relatório. Nossa mensagem a todos vocês é: juntem-se a nós.

Nos próximos meses lançaremos iniciativas e consultaremos os leitores deste relatório visando atraí-los para a tarefa. Convidamos os vários atores envolvidos e identificados no presente relatório a atentarem ao nosso chamado e trabalharem prontamente para transformar idéias iniciais em planos comerciais definidos, que podem ser lançados dentro dos próximos seis meses. Somente se formos capazes de criar um sentimento de acompanhamento contínuo de nosso trabalho inicial, poderemos ter a esperança de liberar a energia empreendedora das pessoas pobres e aproveitá-la como alavanca para o crescimento do setor privado.